



continuação ◀

reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. A Sociedade não possui benefícios para empregados pós emprego, tais como complemento de aposentadoria, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores. o. **Lucro líquido e dividendos por ação:** O lucro líquido e os dividendos por ação são calculados com base na quantidade de ações emitidas.

4. Caixa e equivalentes de Caixa:

	2023	2022
Caixa	1.769	2.310
Bancos - Conta corrente	2.174	3.824
Aplicações financeiras (*)	3.854	3.295
Total	7.796	9.429

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente, a operações de curto prazo, de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber de clientes:

	2023	2022
Duplicatas a receber	125.723	143.531
Cartões de créditos a receber	3.659	3.599
Cheques devolvidos	50	30
(-) Provisão para perdas com créditos	(4.722)	(4.903)
(-) Recebimentos a identificar	(59)	(788)
(-) AVP Contas a receber	(932)	(952)
Total	123.718	140.516

O contas a receber manteve o critério de vencimento distribuído conforme se segue:

Idade de vencimento

	2023	2022
A vencer	122.717	138.534
Vencidos:		
De 1 a 10 dias	1.351	1.443
De 11 a 20 dias	454	251
De 21 a 30 dias	260	2.033
De 31 a 60 dias	291	482
De 61 a 90 dias	71	163
De 91 a 120 dias	51	29
De 121 a 150 dias	115	149
De 151 a 360 dias	427	48
Acima de 361 dias	3.696	4.028
Total	129.432	147.160

A movimentação da provisão para perdas de créditos é como se segue:

Saldo inicial

	2023	2022
Constituições	(4.903)	(5.171)
(-) Reversões	181	268
Saldo Final	(4.722)	(4.903)

O contas a receber da Sociedade tem elevada diversificação de devedores, mas devido o atual cenário foram adotadas medidas de realíse de crédito, o que resguardou uma manutenção dos índices de inadimplência, permitindo um índice equiparado ao ano anterior.

6. Estoques:

	2023	2022
Estoque de mercadoria para revenda	179.555	211.941
(-) Provisão para perdas nos estoques (*)	(424)	(300)
(-) AVP estoques	(3.584)	(1.909)
Total	175.547	209.732

(*) A Sociedade contabilizou provisão para perda nos estoques de mercadorias que se encontram em situação de avariados, deteriorados e outros cujo vencimento estava próximo, comprometendo a sua realização. Todas essas mercadorias perderam a capacidade de geração de benefícios futuros, desta forma, foram objeto de provisão para perda no balanço de 31/12/2023, conforme requerido pelas práticas contábeis vigentes no Brasil. A efetiva baixa desses bens será efetuada em 2024 após os devidos trâmites legais que permitam o descarte no aterro sanitário ou recolha por parte das indústrias parceiras. **Movimentação da provisão para perdas nos estoques:**

	2023	2022
Saldo inicial	(300)	(252)
Constituições	(124)	(48)
Baixas	-	-
Saldo final	(424)	(300)

7. Tributos a recuperar:

	2023	2022
COFINS a recuperar	6.607	13.146
CSLL a recuperar	10	10
IRPJ a recuperar	2	2
ICMS a recuperar	20	749
ICMS a recuperar – imobilizado	1.401	1.623
PIS a recuperar	1.621	2.946
Créditos tributários a recuperar (a)	18.138	19.468
Outros	81	70
Circulante	27.878	38.014
Créditos tributários a recuperar (a)	51.394	47.166
Não circulante	51.394	47.166

(a) Os créditos tributários a recuperar são compostos por créditos de PIS e COFINS recuperados em decorrência da dedução do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme processo transitado em julgado da Sociedade. O processo foi ajuizado em 2011, garantindo o direito de reconhecimento do crédito tributário desde o período de dezembro de 2006. O montante total em discussão para este processo foi de R\$ 62.859, sendo R\$ 34.846 de principal e R\$ 28.012 de atualização de juros. No ano de 2022 e 2023 foi aplicado sobre o montante de crédito a atualização da taxa selic disponibilizada pela Receita Federal do Brasil.

8. Adiantamentos:

	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores (*)	1.251	6.059
Compras p/ entrega futura	-	7
Adiantamentos a funcionários	366	278
Total	1.617	6.344

(*) O saldo de adiantamentos a fornecedores de 2023 são pagamentos antecipados de açúcar sendo que as mercadorias adquiridas serão recebidas no ano de 2024. **9. Depósitos Judiciais:**

	2023	2022
Depósitos judiciais (*)	6.110	6.015
Total	6.110	6.015

(*) Os depósitos Judiciais refere-se a garantias vinculados a uma discussão judicial de cunho tributário conforme previsto no Art. 1º 151 da Lei Nº 5.172/66 (CTN) e também a discussões judiciais de cunho trabalhista conforme previsto na IN Nº 36 do TST, em consonância com o Art. 836 da Lei Nº 5.452/43 (CLT). **10. Investimentos:**

Na conta de investimentos incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, sendo eles:

	2023	2022
Títulos ING BANK	8.460	8.460
Cotas de Capital – SICREDI	505	255
Títulos de Capitalização	750	750
Total	9.715	9.465

11. Imobilizado: a. Composição do saldo de imobilizado:

	2023	2022			
Vida útil em anos	Custo Aquisição	Depreciação	Imobilizado	Imobilizado	
Instalações	10 anos	968	(909)	60	93
Móveis e utensílios	10 a 15 anos	6.146	(2.138)	4.008	4.148
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	21.920	(10.636)	11.284	12.265
Computadores e periféricos	5 a 8 anos	8.213	(5.305)	2.908	3.572
Veículos	5 anos	418	(376)	42	66
Total	37.666	(19.364)	18.301	20.143	

b. Movimentação:

	Saldo inicial	Adição	Baixa	Depreciação	Líquido
Instalações	93	-	-	(33)	60
Móveis e utensílios	4.148	355	-	(495)	4.008
Máquinas e equipamentos	12.265	540	-	(1.520)	11.284

Computadores e periféricos

Veículos	2023	2022
3.572	288	(952)
66	66	(24)
Total	20.143	1.183

Instalações

Móveis e utensílios (a)	2023	2022
12.265	392	4.018

(a) As aquisições de móveis e utensílios foram demandas para expansão da capacidade de armazenagem de algumas filiais e abertura de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. (b) As aquisições de máquinas e equipamentos foram para aprimoramento de suas filiais e implementação de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. (c) As aquisições de computadores e periféricos são aquisições destinadas para atualização ou reposição de equipamentos danificados e para a abertura de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. **c. Redução ao valor recuperável – “Impairment”** : A administração da Pérola revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangível a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A administração verificou que nas datas de fechamento das demonstrações financeiras não haviam evidências de desvalorização desses ativos conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

12 Intangível:

	2023	2022
Sistemas (softwares) *	1.679	1.679
(-) Amortização Acumulada	(1.041)	(935)
Total	639	745

(*) Os softwares referem-se ao sistema de gestão empresarial e estão registrados ao custo de aquisição e vem sendo amortizado linearmente em 12 anos.

13. Fornecedores:

	2023	2022
Fornecedores	140.272	149.198
(-) AVP fornecedores	(1.643)	(1.592)
Total	138.629	147.605

A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. **14. Financiamentos e empréstimos:** Refere-se a financiamentos obtidos junto a instituições financeiras conforme exposto a seguir:

Empréstimos

	2023	2022
Banco do Brasil S.A	22.326	36.550
Banco Safra S.A	30.201	31.965
Banco Santander S.A	17.713	17.800
Itaú Unibanco S.A	5.038	13.383
Banco Sofisa S.A	28.082	29.787
Banco Original S.A	7.148	12.773
Banco Daycoval S.A	11.385	15.072
Banco Sicredi	21.946	15.972
Banco Industrial	13.750	15.000
Banco C6 S.A	4.150	-
Total	161.740	188.302

Arrendamento / Leasing

Banco Safra S.A	1.471	2.125
Banco Daycoval S.A	5.654	7.729
Total	7.126	9.854

Total financiamentos e empréstimos

Circulante	108.780	106.175
Não Circulante	60.086	91.981

Apresenta-se a seguir, demonstrativo contendo o vencimento e os montantes dos empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante:

Ano

	2023	2022
2023	-	106.175
2024	108.780	78.542
2025	38.743	12.368
2026	11.237	1.071
2027	10.106	-
Total	168.866	198.156

(a) Os contratos com cláusulas restritivas (covenants) em relação a determinadas informações financeiras (divida financeira líquida/EBITDA), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Todas as cláusulas restritivas (covenants) inerentes aos contratos de empréstimos e financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

15. Obrigações e parcelamentos tributários:

	2023	2022
ICMS à recolher	13.430	4.301
Protege à recolher	647	8.356
ICMS parcelamento	18.177	-
ICMS substituição tributária	279	232
ICMS parcelamento – GO (a)	14.416	18.540
Fundo de desenvolvimento econômico	18	16
ICMS parcelamento – MA	-	-
Parcelamento previdenciário (b)	2.676	3.116
ICMS fundo de combate à pobreza	38	38
ICMS parcelamento – PA	-	-
Parcelamento tributos federais	1.449	75
ICMS parcelamento – BA	234	325
ICMS parcelamento – SP	257	245
Parcelamento adicional 2%	528	-
Parcelamento PIS/COFINS	582	-
Parcelamento previdenciário	5.749	-
INSS à recolher sobre notas fiscais	21	18
IRRF à recolher sobre aluguéis	17	18
IRRF à recolher sobre notas fiscais	6	4
ISSQN retido à recolher	30	15
PIS/COFINS/CSLL retido à recolher	2	2
IRRF sobre RPA	22	16
Total obrigações tributárias/Parcelamento	58.579	35.317

Circulante

(a) No ano de 2021 foram realizados parcelamentos de ICMS dentro da Lei 20.966/2021 (Facilita) em 84 e 96 parcelas com vencimento final para junho de 2029, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic. (b) Em setembro de 2017 foram parcelados débitos previdenciários em 145 parcelas com vencimento final para 2029, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic.	35.940	17.579
Não Circulante	22.639	17.738

Pérola Distribuição e Logística S.A.

17. Empréstimos e/ terceiros:

	2023	2022
Maria Helena Victor	200	200
BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.	10.099	-
Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A.	10.740	-
Philippe Representações Ltda	976	-
SAS Ind. e Com. De Produtos Químicos Ltda	4.250	-
Outros credores	135	-
Total	26.400	200

18. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

É reconhecido conforme descrito na Nota Explicativa 3 “k”. A composição dos saldos de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) diferidos é como segue:

Ativo fiscal diferido

	2023	2022
Provisão para perdas esperadas	4.722	4.903
Provisão para perdas nos estoques	424	300
Provisão para contingências judiciais	3.517	1.889
AVP contas a receber	932	952
AVP estoques	3.584	1.909
Total da base do ativo diferido	13.180	9.953

34% IR e CSLL – Ativo fiscal diferido

	2023	2022
Passivo fiscal diferido	4.481	3.384

AVP fornecedores

34% IR e CSLL – Passivo fiscal diferido	1.643	1.592
Total da base do passivo diferido	1.643	1.592
34% IR e CSLL – Passivo fiscal diferido	559	541

Imposto diferido após compensação

6. Condição da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social:	3.923	2.843
---	--------------	--------------

Resultado antes dos impostos

Alíquota fiscal nominal	(69.808)	(1.370)
Expectativa de IRPJ e CSLL	34%	34%

Adições temporárias:

Provisão para perdas nos estoques	124	49
Provisão para demandas judiciais	1.628	1.586
Resultados permanentes:	1.628	1.586

Multas tributárias

Brindes, multas e doações	896	681
Total adições	144	146
Exclusões temporárias:	2.791	2.462

Reversão provisão para perdas esperadas

Reversão provisão para demandas judiciais	(181)	(268)
Resultado líquido do ajuste a valor presente	1.605	(282)

Exclusões permanentes:

Atualização monetária créditos tributários	(4.228)	(4.106)
Subvenção para investimento	(20.562)	(57.011)
Total exclusões	(23.366)	(61.666)

Base para apuração de IRPJ e CSLL correntes

(A) IRPJ e CSLL correntes	(90.383)	(60.574)
---------------------------	----------	----------

Provisão para perdas nos estoques

Provisão para demandas judiciais	124	49
Resultado líquido do ajuste a valor presente	1.628	72

Reversão provisão para perdas esperadas

Reversão provisão para demandas judiciais	(181)	(268)
Resultado líquido do ajuste a valor presente	1.605	(282)

Base para apuração de IRPJ e CSLL correntes

(B) IRPJ e CSLL diferidos	3.176	(429)
(C) Total IRPJ e CSLL (A) + (B)	1.080	(146)

Alíquota Efetiva

De acordo com a legislação vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. 19. Provisão para demandas judiciais: A Sociedade é parte em ações judiciais e processos judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e são registradas contabilmente de acordo com as regras descritas na Nota Explicativa 3 “k”.	-1,55%	10,66%
--	--------	--------

20. Patrimônio líquido:

a. Capital social: Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi decidido por unanimidade dos acionistas o aumento do capital social da sociedade para R\$ 50.000.000,00 com saldo de reservas de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 7.000.000 (sete milhões) de ações, sendo 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas e 700.000 (setecentos mil) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. **b. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A movimentação da reserva de incentivos fiscais é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	83.393	71.920
(-) Compensação com prejuízos acumulados	(69.778)	-
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	11.473
Saldo final	13.615	83.393

c. Reserva legal:

Constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia. A movimentação da reserva legal é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	30	1.400
(-) Aumento de capital com reserva legal	-	-
(-) Compensação com prejuízos acumulados	(30)	(1.370)
(+) Constituição da reserva legal	-	-
Saldo final	-	30

d. Reserva de retenção de lucros:

Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva de retenção de lucros representa basicamente o lucro acumulado não distribuído após a constituição de outras reservas e dividendos obrigatórios. A movimentação da reserva de lucros é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
(-) Distribuição de dividendos	-	-
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	(11.473)
Saldo final	-	-

e. Dividendo obrigatório:

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado nos termos do estatuto social que é de 10%

do lucro líquido apurado no exercício social, após a realização das reservas de investimentos, incentivos fiscais, e legal. Demonstração da base de cálculo dos dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	-	-
(-) Reserva legal	-	-
(-) Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	-
(-) Base de dividendos	-	-
Dividendos propostos	-	-
Percentual de distribuição	-	10%

21. Receita líquida de vendas mercadorias:

A Sociedade gera receita oriunda de venda de mercadorias em geral no atacado e no varejo. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada nas demonstrações do resultado é conforme abaixo:

	2023	2022
Receita operacional bruta	1.548.427	1.620.693
(-) ICMS ST destacado nas vendas	(3.703)	(3.106)
(-) Despesas acessórias destacadas nas vendas	(1.541)	(1.600)
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(263.894)	(308.772)
(-) Bonificações nas vendas	(12.190)	(11.409)
(-) Devoluções e abatimentos	(12.635)	(12.222)
(-) AVP receita de vendas	(22.390)	(25.408)
(+) Subvenções fiscais para investimentos	20.562	57.011
Receita líquida de vendas de mercadorias	1.252.636	1.315.182

22. Custo das mercadorias vendidas:

Os custos das mercadorias vendidas incluem os custos de aquisição de mercadorias, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionados ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição e com a transferência de mercadorias entre os Centros de Distribuição são incorporadas ao custo das mercadorias a serem vendidas.

	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas	(1.084.874)	(1.122.089)
(-) AVP custo das mercadorias vendidas	21.010	10.463
Total do custo das mercadorias vendidas	(1.063.865)	(1.111.626)

23. Despesas operacionais:

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Despesas comerciais	(85.638)	(81.504)
Despesas c/ pessoal e encargos	(67.391)	(60.142)
Despesas c/ serviços de terceiros	(9.675)	(8.219)
Depreciação/amortização	(3.130)	(2.711)
Aluguel de imóveis	(10.916)	(10.312)
Despesas administrativas	(3.898)	(4.245)
Despesas c/ operação	(21.114)	(20.210)
- Despesas tributárias	(13.828)	(4.138)
Despesas tributárias períodos anteriores	-	(1.628)
Total das despesas	(215.591)	(193.109)

24. Outras receitas operacionais:

	2023	2022
Receitas de aluguel	519	427
Reversão provisão para perdas de créditos	181	268
Ganho alienação de bens	176	2
Receitas de carga e descargas	1.607	1.545
Outras receitas	928	488
Descontos obtidos débitos tributários	-	1.240
Total das outras receitas operacionais	3.410	3.970

25. Receitas e despesas financeiras:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros ativos	2.025	1.683
Descontos obtidos	14.708	8.395
Renda de aplicações financeiras	49	162
AVP receita financeira	22.409	25.000
Atualização monetária créditos tributários	4.228	4.106
Total receitas financeiras	43.419	39.345
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(496)	(461)
Despesas de cobrança	(3.367)	(3.067)
Juros passivos	(13.005)	(3.055)
Encargos com empréstimos e financiamentos	(38.235)	(30.492)
Descontos concedidos	(13.821)	(8.832)
Taxas cartão crédito	(870)	(895)
AVP despesa financeira	(22.634)	(9.773)
Outras despesas financeiras	(12)	(11)
Ressarcimento taxas e despesas bancárias	1.541	1.900
Total despesas financeiras	(90.898)	(54.986)
Total do Resultado financeiro	(47.479)	(15.6

continuação

contempla pagamentos de diretores, que totalizou R\$ 144 que inclui pró-labore, benefícios e gastos, em 2022 esse valor foi de R\$ 144. **27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** A Sociedade possui instrumentos financeiros representados, substancialmente, saldos de contas correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e empréstimos contratados junto a instituições financeiras, além de saldos a receber. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois as taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são as praticadas efetivamente pelo mercado em transações semelhantes. **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade: **• Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esse risco a Sociedade acompanha rigorosamente a sua política de vendas e aplicações financeiras, que inclui análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar o risco de inadimplência. **• Risco de concentração de recebíveis:** A carteira de contas a receber possui adequado índice de pulverização. **• Risco de taxa de juros:** Exposição a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros ajustados pela variação da Selic e/ou do CDI para mais ou para menos. **28. Cobertura de seguros:** A Sociedade adota políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. **29. Outras informações:** **a. Operações com instrumentos derivativos:** A Sociedade não opera com instrumentos derivativos. **b. Benefícios a empregados:** A Sociedade concede benefícios aos empregados tais como, seguro de vida, plano de saúde, plano odontológico, convênios de cunho facilitador, sistema S, cesta básica e ticket alimentação, benefícios além da legalidade previstas.

Diretoria
Maurício Miguel Elias - Diretor Presidente
Werlei Carlos de Oliveira - Contador CRC-GO 13.773/O

Ilmo Srs. Acionistas e Diretores **Pérola Distribuição e Logística S/A.** – São Paulo-SP **Opinião do Auditor Independente:** Examinamos as Demonstrações Financeiras, da Empresa **Pérola Distribuição e Logística S/A**, encerradas em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultados Abrangentes, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **Pérola Distribuição e Logística S/A**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião do Auditor:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras"**. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Financeiras de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 04 de dezembro de 2024

Walkiria da Silva Alencar
Auditor Independente
CRC-GO 11.601-0 CVM 11436

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DENGO CHOCOLATES S.A.

CNPJ/MF nº 23.244.006/0001-00 - NIRE 35.3.0052016-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024

Data, Hora e Local: 15/072024, às 10 horas, na Rua Vigário Taques Bitencourt, nº 171, Santo Amaro, São Paulo - SP ("Cia"). Convocação e Presença: Dispensada a convocação, de acordo com o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência da presença da totalidade dos acionistas da Cia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Cia. Mesa: Pedro Cruz Villares - Presidente; Estevan Vercellino Sartorelli - Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a reformulação do Artigo 10, caput e Parágrafos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto do Estatuto Social da Cia; (ii) a cessão onerosa de ações ordinárias mantidas na tesouraria da Companhia; (iii) o aumento do capital social da Cia, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (iv) a consignação da abertura de 2 novas filiais da Cia aprovada pelo Conselho de Administração, com a consequente alteração do Artigo 1º, Parágrafo Segundo do Estatuto Social da Cia. Deliberações: Colocadas em discussão e posterior votação por todos os presentes, as matérias ora deliberadas foram aprovadas, de forma unânime e sem quaisquer restrições, nos seguintes termos: (i) Os acionistas aprovaram a reformulação do Artigo 10, caput e Parágrafos Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto do Estatuto Social da Cia, que passarão a ser lidos da seguinte maneira: "Artigo 10 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 membros e, no máximo, 6 membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Os Diretores atuarão sob as seguintes denominações, conforme aplicável: (a) 1 Diretor Presidente; (b) 1 Diretor de Inovação; (c) 1 Diretor de Marketing; (d) 1 Diretor Comercial; (e) 1 Diretor Financeiro; e (f) 1 Diretor de Operações, cujas competências serão fixadas pelos acionistas no momento da sua eleição. [...] Parágrafo Segundo - Os Diretores terão todos os poderes para praticar os atos necessários à representação da Companhia e consequência do seu objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração e as disposições e restrições de alçadas a eles determinadas pelo Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas; (b) coordenar o desempenho das atividades e negócios habituais da Cia, incluindo a implementação das diretrizes aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração; (c) realizar a gestão orçamentária das áreas da Cia sob sua responsabilidade, incluindo controle de gestão e de custos; (d) coordenar a atuação de sua área e responsabilidades específicas com a dos demais Diretores; e; (e) outras atribuições que lhe forem conferidas em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração. Parágrafo Terceiro - Os Diretores serão investidos de plenos poderes para administrar a Cia, realizar atos em seu nome, representar a Cia perante clientes, imprensa, sociedade e órgãos legais, empresariais e governamentais, utilizar o nome da Cia nos limites estabelecidos na Lei nº 6.404/76, nomear procuradores para agir em nome da Cia de acordo com os termos dispostos a seguir, e representar a Cia em todas e quaisquer circunstâncias, devendo ser observadas as disposições contidas neste Estatuto Social. A Cia será considerada validamente representada: a) Por 2 Diretores, em conjunto; b) Por 1 Diretor e 1 procurador da Cia com poderes específicos, devidamente constituídos nos termos do Parágrafo Quarto a seguir; e/ou, c) Por 2 procuradores da Cia com poderes específicos, devidamente constituídos nos termos do Parágrafo Quarto a seguir;" (ii) No âmbito do Programa de Compra de Ações Restritas de 2024 ("Programa de Compra de Ações"), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de abril, foi aprovada a cessão onerosa de 35.060 ações ordinárias da Cia mantidas em tesouraria aos beneficiários do Programa de Compra de Ações, pelo preço de R\$1,8725 por ação, mediante a assinatura do respectivo termo de transferência no livro de Registro de Transferência de Ações da Cia. (iii) Refletir, no Artigo 4º do Estatuto Social da Cia, o aumento de capital social realizado pelo Conselho de Administração no montante de R\$10.482,25, dentro dos limites do capital autorizado da Cia, mediante a emissão de 5.598 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,8725 por ação, nos termos do art. 170, §1º, I da Lei das S.As., conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de abril. O Artigo 4º do Estatuto Social passará a ser lido de acordo com a redação constante no item (viii) abaixo. (iv) Nos termos do Bônus de Subscrição de Ações da Cia Série A - Certificado nº 1 ("Bônus Série A"), cuja emissão foi aprovada pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 10 de fevereiro de 2021, e mediante o exercício do direito de subscrição por parte do subscritor, os Acionistas aprovaram a emissão de 833.512 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,001 por ação, totalizando um aumento de capital social total de R\$ 833,51, nos termos do Bônus Série A, a serem totalmente subscritas e integralizadas na presente data nos termos do boletim de subscrição constante do Anexo I. (v) Nos termos dos Bônus de Subscrição de Ações da Cia Série B ("Bônus Série B"), cuja emissão foi aprovada pela Assembleia Geral da Cia realizada em 10/02/2021, e mediante o exercício do direito de subscrição por parte dos subscritores, os Acionistas aprovaram a emissão de 765.417 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,8725 por ação, nos termos dos Bônus Série B, totalizando um aumento de capital social total de R\$1.433.243,35, a serem totalmente subscritas e integralizadas na presente data nos termos dos boletins de subscrição constantes do Anexo II. (vi) Nos termos dos Bônus de Subscrição de Certificado nº 1 ("Bônus Série A"), cuja emissão foi aprovada pela Assembleia Geral da Cia realizada em 31/10/2022, e mediante o exercício do direito de subscrição por parte do subscritor, os Acionistas aprovaram a emissão de 342.400 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,8725 por ação, nos termos dos Bônus nº 1 Tullio, totalizando um aumento de capital social total de R\$641.144,00, a serem totalmente subscritas e integralizadas nesta data, nos termos do boletim de subscrição constante do Anexo IV. (viii) Nos termos dos Bônus de Subscrição Certificado nº 1 ("Bônus nº 1 Alexandre"), cuja emissão foi aprovada pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 07/04/2022, e mediante o exercício do direito de subscrição por parte do subscritor, os Acionistas aprovaram a emissão de 404.534 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$0,001 cada, nos termos dos Bônus nº 1 Alexandre, totalizando um aumento de capital social total de R\$400,53, a serem totalmente subscritas e integralizadas nesta data nos termos do boletim de subscrição constante do Anexo V. (ix) Os Acionistas resolveram aprovar o aumento do capital social da Cia no montante de R\$ 66.337.883,27, mediante a emissão de 35.427.441 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,8725 por ação, a serem totalmente subscritas e integralizadas por acionista Guilherme Peirão Leal, nos termos do boletim de subscrição que integra esta ata como Anexo VI. Os demais acionistas da Cia expressamente renunciaram aos seus direitos de preferência na subscrição de tais novas ações. (x) Diante das deliberações acima, os Acionistas aprovaram a nova redação da Artigo 4º do Estatuto Social da Cia, que passará a ser lido da seguinte maneira: "Artigo 4º - O capital social é de R\$ 305.123.857,62, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 192.425.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (xi) Os acionistas consignam a abertura de 2 novas filiais da Cia, já aprovada em Reunião do Conselho de Administração: Filial Mooca: CNPJ/MF: 23.244.006/0050-98, situada na Rua Capitão Pacheco e Chaves, nº 313, LJA SMO02089, Vila Prudente, São Paulo - SP. Filial Aldeinha: CNPJ/MF 23.244.006/0051-79, situada na Rodovia Regis Bitercourt,

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 - NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 02 de janeiro de 2025
A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 02 de janeiro, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência **Google Meet**, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DRE 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei das S.A.; (ii) a renúncia de membros da Diretoria da Companhia; (iii) a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; (iv) o grupamento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da Companhia, na proporção de 210.000 (duzentas e dez mil) ações para formar 1 (uma) ação, sem modificação do capital social; (v) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a deliberação tomada no item (iv) acima; (vi) o exame, a discussão e a aprovação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da ASG Holding S.A. pela Athena Healthcare Holding S.A.", celebrado nesta data, pelas administrações da Companhia e da **ASG Holding S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, 18º andar, Sala "D", Pinheiros, CEP 05.425-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.218.886/0001-05, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.3.0051549-8 ("ASG" ou "Incorporadora"), o qual tem por objeto constituir e justificar, os termos, cláusulas e condições da incorporação da ASG pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); (vii) a ratificação da nomeação da **Account Assessores S/S Ltda.**, sociedade simples limitada, estabelecida na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Rua Avenida Andrômeda, nº 885, 35º andar, Sala 3.523, Alphaville, CEP 06.473-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 96.513.015/0001-22, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 25P017202/v-2 ("Empresa Avaliadora") para elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da ASG ("Laudo de Avaliação"); (viii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (ix) a incorporação da ASG pela Companhia; (x) a consignação de que a incorporação não acarretará a alteração do capital social da Companhia; e (xi) a autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas, bem como a ratificação dos atos já praticados pela administração, no âmbito das deliberações aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores - r@athenasau.de.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 20 de dezembro de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** - Diretor Presidente. (20, 21 e 24/12/2024)

Caruana S.A.Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 07.882.656/0001-24 - NIRE 35.300.328.973

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no Dia 04 de novembro de 2024

Data, Hora e Local: Em 04 de novembro de 2024, às 10 horas, na sede social da **Caruana S.A.Participações e Empreendimentos**, localizada na Avenida do Café, nº 277, 4º andar, Torre A, Conjunto 042 - Parte, Vila Guarani, CEP 04311-900, nesta Capital do Estado de São Paulo. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, conforme faculta o § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e consoante assinaturas no respectivo Livro de Presença de Acionistas. **Livro de Presença:** Instalou-se a presente Assembleia Geral Extraordinária em primeira convocação, reunindo-se a totalidade dos acionistas, representantes da totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Garcia Netto, que convidou a mim, Fabio Kiyoshi Yakushiji, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** I- Eleição de novos membros da Diretoria em face da renúncia de Diretores eleitos; e II - Outros Assuntos de Interesse da Sociedade. O Secretário atendendo a solicitação da Presidência procedeu à leitura da Ordem do Dia aos acionistas presentes. **Deliberações por Unanimidade de Votos:** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, com a concordância dos acionistas, informou que a Ata da Assembleia seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculdade prevista no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. Após a apreciação e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, resolveram os acionistas, por unanimidade e sem qualquer restrição, aprovar na sua íntegra o seguinte: I - Os acionistas deliberaram o quanto segue: foi aprovada, por unanimidade, a eleição dos seguintes novos membros da Diretoria Srs. **Marco Aurelio Spinardi**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.241.095-X - SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 312.489.848-62, e **Adriano Barros de Araujo**, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.187.951-2 e inscrito no CPF sob nº 260.838.568-09, todos com endereço comercial na Avenida do Café nº 277, Torre A, 4º andar, Conjunto 42, Vila Guarani, CEP 04311-900, nesta Capital do Estado de São Paulo, para exercerem o cargo de Diretor, sendo o Sr. **Marco Aurelio Spinardi** como Diretor sem designação específica, em substituição à Sra. Paula Beatriz Garcia Cunha, que neste ato renuncia ao cargo de Diretora da companhia, e o Sr. **Adriano Barros de Araujo**, que assume o cargo de Diretor sem designação específica, em substituição ao Sr. Fábio Kiyoshi Yakushiji que também neste ato renuncia ao cargo de Diretor da companhia, havendo assim, o preenchimento de duas vagas na Diretoria e com mandato até a próxima AGO de 2025, quando ocorrerá a nova eleição da Diretoria. Os novos Diretores **Marco Aurelio Spinardi** e **Adriano Barros de Araujo** tomam posse neste ato e deverão permanecer no exercício de seus cargos até que os Diretores eleitos na próxima AGO de 2025 venham a tomar posse. **Declaração:** Os Diretores ora eleitos declaram ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 1976, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou a propriedade, não estando incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. II - Atendendo ao disposto ao último item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente dando sequência ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar do aludido assunto da ordem do dia, e como ninguém mais se pronunciou, foi suspensa a sessão. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Esta Ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **São Paulo, 04 de novembro de 2024. Presidente:** José Garcia Netto; **Secretário:** Fabio Kiyoshi Yakushiji. **Acionistas Presentes:** Paula Beatriz Garcia Cunha - CPF/MF nº 302.485.258-16; José Garcia Netto CPF/MF nº 097.330.158-90. **Administradores Eleitos:** Marco Aurelio Spinardi - CPF nº 312.489.848-62; Adriano Barros de Araujo CPF nº 260.838.568-09. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 464.168/24-7 em 16/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



osmoa indicada pela maioria simples dos acionistas presentes. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral. **Artigo 8º** – Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei, a deliberação acerca das matérias abaixo elencadas, mediante aprovação por mais de 50% (cinquenta por cento) das ações reunidas: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto e a legislação em vigor; c) aprovar e alterar o orçamento anual e o plano anual de investimento e desenvolvimento da Companhia; d) aprovar quaisquer planos de negócio a longo prazo, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas provisões; e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, dentre outros atos; f) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando solicitados pela Diretoria; g) aprovar a liberação ou perdão por parte da Companhia, de qualquer débito ou obrigação de qualquer terceiro tenha com a mesma; h) liquidação ou dissolução da Companhia ou início de qualquer procedimento de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a cessação do estado de liquidação ou ainda atos voluntários de reorganização financeira; i) aprovar a Contratação de empréstimos ou renovação de empréstimos já existentes ou qualquer outra operação que represente um comprometimento da Companhia quando o valor individual de cada operação superar 20% (vinte por cento) do faturamento anual da Companhia; j) Alienação de 30% (trinta por cento) ou mais dos ativos da Companhia, assim como a formulação ou modificação de qualquer plano de negócios que estabeleça a alienação de 30% (trinta por cento) ou mais dos ativos da Companhia, em uma única transação ou uma série de transações consecutivas em qualquer período de 12 (doze) meses; k) fusão, aquisição, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e as suas Controladas; l) alteração do capital social da Companhia; m) emissão de qualquer Valor Mobiliário; n) escolher, aprovar e destituir os auditores externos, bem como alterar a política contábil e fiscal da Companhia; o) aprovar a aquisição de ações da Companhia para a sua manutenção em tesouraria, ou para o seu cancelamento ou subsequente venda, de acordo com a legislação aplicável; p) aprovar a abertura ou fechamento de escritórios, estabelecimentos, agências ou filiais da Companhia; e q) observadas as disposições legais sobre o Conselho Fiscal, se em funcionamento, aprovar a política de dividendos da Companhia, bem como deliberar sobre a aprovação e o pagamento de juros sobre o capital próprio. **Capítulo IV – da Administração: Artigo 9º** – A Companhia será administrada pela Diretoria. **Seção I da Diretoria: Artigo 10º** – A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo, 1 (um) membro e, no máximo, 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores. **Parágrafo 1º** – Os Diretores deverão residir no país e terão mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 2º** – Os membros da Diretoria serão eleitos e destituídos pela Assembleia Geral de acionistas, exercendo os respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo 3º** – Em caso de vacância, caberá à Assembleia Geral de acionistas deliberar sobre o provimento do cargo em vago. **Artigo 11º** – A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: a) pela assinatura natural de 1 (um) Diretor; b) pela assinatura de 1 (um) procurador devidamente constituído, desde que a obrigação em questão não equivalha a montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **Parágrafo Primeiro** – Os Diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, competindo-lhes a representação, da Companhia, em juízo ou fora dele, observado o disposto na legislação aplicável e neste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo** – Visando manter a liquidez da companhia na consecução do seu objetivo social, os diretores poderão tomar empréstimos e/ou financiamentos utilizando como garantia real os recebíveis provenientes de transações com cartões de crédito. Para tanto, poderá ser utilizado qualquer instrumento financeiro, tais como: conta garantida, vedação de recebíveis, securitização de recebíveis ou FIDC. **Parágrafo Terceiro** – Fica expressamente vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, assim como é vedado assumir obrigações em favor de terceiros, tais como avais, fianças, cauções e endossos, salvo se expressamente autorizado pela unanimidade dos acionistas, sendo nulo o ato pleno direito todo e qualquer ato realizado em descumprimento do presente instrumento. **Artigo 12º** – As procurações da Companhia serão outorgadas sempre por 1 (um) Diretor, as quais especificarão os poderes outorgados e, salvo procurações para representação legal da Companhia, terão prazo duração de, no máximo, 1 (um) ano. **Parágrafo Único** – As procurações para representação legal da Companhia poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 13º** – A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **Seção II Conselho Fiscal: Artigo 14º** – O Conselho fiscal é um órgão não permanente, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, que deverá ser instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas, de acordo com a lei. **Artigo 15º** – O funcionamento do Conselho fiscal terá duração até a primeira assembleia geral ordinária que se seguir à sua instalação. **Artigo 16º** – A remuneração dos membros do conselho fiscal, sujeita às disposições da legislação aplicável, será fixada pela Assembleia Geral, que os eleger. **Capítulo IV – do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucro: Artigo 17º** – O exercício social coincidirá com o ano civil. **Artigo 18º** – Ao fim do exercício social, o balanço geral da Companhia, bem como as demonstrações financeiras exigidas por lei e aquelas determinadas pela Assembleia Geral, serão auditadas por auditores independentes. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da assembleia geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros. **Artigo 19º** – Do lucro líquido do exercício 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição do Fundo de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo terá o destino que lhe der a Assembleia Geral. **Artigo 20º** – O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social subsequente. **Capítulo V – da Liquidação da Companhia: Artigo 21º** – A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante. **Capítulo VI – Disposições Finais: Artigo 22º** – Fica vedada a emissão de partes beneficiárias e a existência destes títulos em circulação. **Artigo 23º** – A Companhia se obriga, no caso de abertura de seu capital, a aderir a segmentos especiais de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de praticas de governança previstos nos artigos anteriores. A presente é a conversão consolidada do Estatuto Social de 99PAY S.A., aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2024. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 283.690/24-08 em 23/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

A Agriagroindustrial Vista Alegre S/A convoca seus acionistas portadores de ações ordinárias e preferenciais, para a realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a se realizar na data de 30 de dezembro de 2024, em formato híbrido, presencial e digital, com transmissão pela plataforma <https://www.vistaalegre.com.br/Sociedade>, sob o link de acesso a seguir, na seguinte ordem do dia: (i) O aumento do capital social da Companhia em R\$ 43.644,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e nove centavos), a serem integralizados em dinheiro ou créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, com a emissão de 320.801 (trezentas e vinte mil, oitocentas e uma) ações ordinárias nominativas, e 320.390 (trezentas e vinte mil, trezentas e noventa) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, ao valor de emissão de R\$ 224,03 (duzentos e vinte e quatro reais e três centavos) por ação, para integralização em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias contados da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o que corresponde ao direito do acionista subscrever 72 (setenta e duas) ações a cada 100 (cem) ações detidas em cada lote de 100 (cem) ações ordinárias e 72 (setenta e duas) ações a cada 100 (cem) ações preferenciais na proporção de suas participações; (ii) A reforma do Estatuto Social, para a formalização do aumento do capital proposto, nos termos deliberados na Assembleia Geral Extraordinária (AGE); (iv) A autorização aos diretores de praticar todos os atos necessários para a formalização do aumento do capital social a ser deliberado; e (v) Outros assuntos de interesse da Companhia. A Companhia disponibiliza aos acionistas interessados em subscrever as ações: deste aumento do capital social, não presentes, o boletim de subscrição, no site institucional (vistaalegre.ind.br), sob o qual podem manifestar seu compromisso de, caso aprovado o aumento de capital, participar do referido aumento, submetendo-o à Companhia por meio do e-mail diretoria@vistaalegre.ind.br, até às 11h (horas) da data da Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Os acionistas interessados em participar virtualmente devem acessar o site institucional da Companhia (www.vistaalegre.com.br) e fazer o login com a identidade (RG, CNH, carteira de identidade funcional e/ou profissional, acompanhado de procuração com os poderes necessários, em caso de representação de sócio por terceiros, e a documentação de identidade do representante) e indicando um e-mail para a disponibilização de acesso à sala de reunião virtual, com o que receberão o link de acesso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da reunião. Itapetinga, 19 de dezembro de 2024. (20, 21 e 24.12.2024)

Notice is hereby given pursuant to section 204(1) (b) of the BVI Business Companies Act, 2004 that the company is in voluntary liquidation. The voluntary liquidation commenced on the 26th day of July 2024 and that Mr. Lambert Marlon Marquis with address at Alpha Solutions (BV) Limited, The Alpha-Sphere, Ellen Skelton Building, Fishers Lane, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, has been appointed as liquidator. Dated: 21/12/2024.

Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de agosto de 2024, às 16:00 horas, na sede social da **Atualmente Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, na Rodovia Dom Pedro II, Km 73, s/nº, anexo I, Bairro Jardim Brogotá, CEP 12.954-903. **2. Convocação e Presença:** Presentes: Todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelos Srs. André Roberto Fernandes Novelli e secretariados pelo Sr. Estevan Taguchi. **4. Ordem do Dia:** (i) Examinar, discutir e deliberar sobre a eleição do Sr. **Pedro Augusto Sampaio de Abreu** como Diretor da Companhia; (ii) Ratificar a contratação, pela subsidiária da Companhia Lar Plásticos Industrial e Comércio de Produtos Ltda. (CNPJ nº 63.967.640/0001-95) ("**Lar Plásticos**"), da empresa JAD TECH Empreendimentos Imobiliários Ltda., para realizar a construção do novo galpão industrial da Companhia; (iii) Ratificar a assinatura, pela Lar Plásticos de contratos bancários; (iv) Deliberar sobre o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia; e (v) Deliberar sobre a outorga de Opção de Compra de Ações para o Sr. Pedro Augusto Sampaio de Abreu. **5. Deliberações:** Os Conselheiros tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, e se sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Aprovar a eleição do Sr. **Pedro Augusto Sampaio de Abreu** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado no município de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Emílio Odebrecht, nº 79, Pituca, CEP 41830-300, portador da cédula de identidade RG nº 84.097.787-5, expedida pela SESP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 81.347.077-45, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para um mandato a iniciar-se na presente data, até 2025, e encerrar-se juntamente com o mandato dos atuais membros da Diretoria da Companhia, em 29 de junho de 2025. **5.2.** O Diretor toma posse no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio e declara, expressamente, sob as penas da lei, que não possui qualquer impedimento por lei especial, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrativas da Companhia, bem como que não está condenado ou sob os efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade intelectual. **5.3.** Ratificar a contratação, pela Lar Plásticos, da empresa JAD TECH Empreendimentos Imobiliários Ltda., para realizar a contratação do novo galpão da Companhia, sito no terreno localizado na Rodovia Dom Pedro II, Km 73, Jd. Brogotá, no município de Atibaia, SP, pelo valor total de R\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais), ratificando, portanto, todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia e da Lar Plásticos para concretizar e operacionalizar referida contratação. **5.4.** Ratificar a assinatura, pela Lar Plásticos, dos seguintes contratos: (i) Contrato de Abertura de Linha Crédito AGE 14288014, datado de 22/09/2023, firmado com o Itaú Unibanco S.A., no valor de EUR 4.850.000,00, equivalente em Reais a R\$ 25.368.410,00, bem como o Termo de Cessão de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes de Operações de Derivativos nº 870888386, firmado em 04/10/2023; (ii) Contrato de Câmbio nº 000384784972, datado de 15/12/2023, com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor equivalente em Reais a 10.000.000,00; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 1065836, emitida em 03 de junho de 2024, pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Luxembourg Branch, no valor total de USD 1.906.795,82; (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 1064308, no valor de USD 589.390,96, equivalente em Reais a R\$ 2.985.500,97, emitida pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Luxembourg Branch, em 11/04/2024, e o Instrumento de Cessão Fiduciária de Duplicatas e/ou Cheques dados em garantia e em plena de tal operação; (v) Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro – nº 237/0476/100, emitida pelo Banco Bradesco S.A., em 03/07/2024, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (vi) Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro – nº 237.476.039, emitida pelo Banco Bradesco S.A., em 03/09/2024, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Fica ratificados, portanto, todos os atos já praticados pelos Diretores da Companhia e da Lar Plásticos para concretizar e operacionalizar referidas contratações. **5.5.** Aprovar o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("**Plano**"), nos termos da minuta apresentada na presente Reunião que fica arquivada na sede da Companhia para todos os fins e efeitos de direito. **5.6.** Autorizar a Diretoria da Companhia a outorgar Opção de Compra de Ações aos membros do Sr. Pedro Augusto Sampaio de Abreu, observadas as condições definidas no Plano, mediante a celebração de contrato de outorga de opção entre a Companhia e o beneficiário ora eleito, ficando a Diretoria autorizada ainda a praticar todos e quaisquer atos e firmar todos e quaisquer outros documentos necessários para a execução das deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, Sr. Taguchi (Secretário). Membros do Conselho de Administração Presentes: Srs. André Roberto Fernandes Novelli e André Fontaneti Marino, Estevan Taguchi e Anibal Wadhi Souliman. **Diretor Eleito:** Pedro Augusto Sampaio de Abreu. **Certifico** que a presente e cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio. Atibaia, 28 de Agosto de agosto de 2024. Mesa: **André Roberto Fernandes Novelli** – Presidente da Mesa; **Estevan Taguchi** – Secretário da Mesa. **Diretor Eleito:** **Pedro Augusto Sampaio de Abreu**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 427.341/24-3 em 25/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício

